

cada sistema possui uma complexidade única e que nem todos atenderiam da mesma forma os preceitos, não sendo comuns.

Destarte, não sendo serviço comum, não se cabe o processo licitatório na modalidade Pregão, conforme disposto por Benedito de Tolosa Filho e adotado pelo ministro do Tribunal de Contas da União, senhor Benjamin Zymier:

"A licitação na modalidade de pregão destina-se à contratação de bens e serviços comuns, estes definidos como padrão e tendo característica de desempenho e qualidade que possam ser estabelecidos de forma objetiva, ou seja, sem alternativas técnicas de desempenho dependentes de tecnologia sofisticada." [1]

Depreende-se que, para a caracterização de bens e serviços comuns, a Administração deve poder descrevê-los de forma objetiva e clara em edital, estabelecendo padrão de qualidade que atenda seus interesses, resultando, sua escolha na vantajosidade do menor preço. Na realidade, nesses tipos de bens ou serviços não se configuram grandes variações técnicas que influenciem em suas qualidades."

Concomitantemente, Marçal Justin Filho dita que há três grupos diversos no tocante a bem e serviço comum. Um deles é a certeza negativa absoluta, configurando "caso de não adoção da modalidade de pregão para licitar, pois os bens ou serviços demandam de certas especificidades e especialidades não oferecidas corriqueiramente no mercado".

Nesse caso, há um termo de referência contendo centenas de detalhes técnicos requisitados pelo órgão para serem atendidos pelo sistema licitado. Funções que incluem requisitos de segurança, formatações do sistema e formas de acesso. Tais descrições são tão específicas que o próprio Termo prevê centenas de itens e subitens de características necessárias ao sistema, entre requisitos gerais, funcionalidade dos diversos módulos (consignante, consignatária, etc) e responsabilidades da Contratada, nas folhas do ANEXO I do Edital, destinado à detalhamento dos requisitos que o sistema deve apresentar, exigindo claramente especificidades não encontradas corriqueiramente no mercado.

Destá feita, insistindo no pregão, a Prefeitura **ABRE MÃO da escolha da melhor empresa especializada para prestar o mencionado serviço**, infringindo o princípio constitucional da eficiência e deixando de lado a escolha do melhor sistema disponível tecnicamente para disputar sobre preços a serem